

A REDUÇÃO DE DANOS COMO ANTÍDOTO PARA AS POLÍTICAS DE INIMIZADE: CAMINHOS DECOLONIAIS

Vinicius Tonollier PEREIRA¹

Simone Mainieri PAULON²

Moises ROMANINI³

Resumo

Parte-se da ideia de que vivemos na sociedade da inimidade, sustentada pela colonialidade. O campo das drogas expressa e retroalimenta os efeitos de tais brutalidades. Neste artigo, aponta-se que, contemporaneamente, a colonialidade atualiza as políticas de inimidade no paradigma da guerra às drogas. Contudo, mesmo em meio a este cenário bélico, também podem-se encontrar modos afirmativos de vida, sustentados por e através do uso de substâncias. Para sustentar tal argumentação, tem-se como método a pesquisa-intervenção, com a proposição de narrativas, a partir do contexto de trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD. Os protagonistas dessas histórias, a partir das narrativas apresentadas, evidenciam a potência dos encontros e das amizades na construção de outros caminhos, tendo como aspecto central a redução de danos, que se constitui, assim, como uma alternativa decolonial.

Palavras-chave: Drogas; Psicologia Social; Redução de Danos; Colonialidade; Políticas de inimidade.

1

HARM REDUCTION AN ANTIDOTE TO POLICIES OF ENMITY: *DECOLONIAL PATHS*

Abstract

It starts from the idea that we live in a society of enmity, sustained by coloniality. The drug field expresses and feeds back on the effects of such brutalities. In this article, we start from the initial idea that, at the same time, coloniality updates the policies of enmity in the paradigm of the war on drugs. However, it is pointed out that, even in the midst of this war scenario, affirmative ways of life can also be found, supported by and through the use of substances. To support this argument, intervention research is used as a method, with the proposition of narratives, based on the work context in a Psychosocial Care Center for Alcohol and other Drugs - CAPS AD. The protagonists of these stories, based on the narratives, highlight the power of meetings and friendships in the construction of other paths, with harm reduction as a central aspect, which thus constitutes a decolonial alternative.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: vtanollier@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2630-8738>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: simonepaulon@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0387-1595>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: mromanini@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3288-4763>

Keywords: *Drugs; Social Psychology; Harm Reduction; Coloniality; Enmity Policies.*

REDUÇÃO DE DANOS COMO ANTÍDOTO A LAS POLÍTICAS DE ENEMISTAD: CAMINOS DECOLONIALES

Resumen

Parte de la idea de que vivimos en una sociedad de enemistad, sostenida por la colonialidad. El campo de las drogas expresa y retroalimenta los efectos de tales brutalidades. En este artículo partimos de la idea inicial de que, al mismo tiempo, la colonialidad actualiza las políticas de enemistad en el paradigma de la guerra contra las drogas. Sin embargo, se señala que, incluso en medio de este escenario bélico, también se pueden encontrar modos de vida afirmativos, sustentados por y a través del uso de sustancias. Para sustentar este argumento se utiliza como método la investigación de intervención, con la propuesta de narrativas, a partir del contexto de trabajo en un Centro de Atención Psicosocial al Alcohol y otras Drogas - CAPS AD. Los protagonistas de estos relatos, a partir de las narrativas, resaltan el poder de los encuentros y las amistades en la construcción de otros caminos, con la reducción de daños como aspecto central, lo que constituye así una alternativa descolonial.

2

Palabras-clave: *Drogas; Psicología Social; Reducción de daños; Colonialidad; Políticas de enemistad.*

INTRODUÇÃO

Vivemos na sociedade da inimizade. Para Mbembe (2020), a ordem política toma forma de um Estado de segurança e de vigilância, organizada para a morte em suas diferentes formas, fomentada pela insegurança permanente: as democracias se fragilizam e se constituem pelo medo, ódio, hostilidade, ameaça, angústia, desconfiança, separação, clausura e medidas de exceção.

Sustentando isso, a colonialidade: lógica que permanece ativa mesmo após o fim do período colonial formal, encerrado com a independência das colônias (Mignolo, 2017). Padrões de repressão, culpa, miséria e desespero, estabelecidos no contexto colonial, mas que perduram mesmo após a transformação parcial da ordem política e econômica que os criou (Gilroy, 2001).

O campo das drogas expressa e retroalimenta os efeitos de tais brutalidades. Neste artigo, parte-se da ideia inicial de que, contemporaneamente, a colonialidade atualiza as políticas de inimizade no paradigma da guerra às drogas, em um modo de regulação necropolítica da sociedade.

Contudo, mesmo em meio a este cenário, também é possível encontrar modos afirmativos de vida, sustentados por e através do uso de substâncias. É no cotidiano da vida de muitas pessoas que outras lógicas - plurais e inventivas - podem e devem ser construídas, como argumenta-se neste trabalho, sendo que a redução de danos se apresenta como uma alternativa decolonial, a partir do diagrama proposto para tais análises.

Para sustentar a argumentação, realiza-se uma pesquisa-intervenção, propondo-se a criação de narrativas, a partir do trabalho de um profissional da psicologia em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, demonstra-se, através dos protagonistas dessas histórias, alçados pelas narrativas, a potência dos encontros e das amizades na construção de caminhos decoloniais.

Colonialidade e políticas de inimizade contemporâneas

Para Quijano (1992, 2005, 2010), o colonialismo é uma ordem mundial de dominação que se estabeleceu com a chegada dos europeus na América e na África e sua dominação política formal. A colonialidade, instituída por uma estrutura de poder, ainda é o marco das relações sociais desiguais e de dominação, com base na construção moderna da raça, tornada critério legítimo de classificação e de naturalização de uma superioridade do europeu, justamente por ter sido por ele imposta. O capitalismo mundial se instituiu, então, como um complexo produto moderno/colonial, tendo como base a associação entre exploração do trabalho, raça e gênero, definindo uma nova estrutura de conflito, domínio e autoridade sob o corpo dos subjugados. Se de início esse processo se deu pela escravidão, sob extermínio, violência e repressão constante e sistemática, passou a imposição de padrões do eurocentrismo – Estado-Nação, família burguesa, cristianismo, empresa, individualização – como modelo de cultura superior e universal. A colonialidade sintetiza, assim, o rebaixamento e a fixação dos seus condenados à desumanização e à violência, incluindo um padrão de expropriação, dominação, morte e a naturalização do extermínio e da guerra (contra os ditos outros), mesmo após o fim do colonialismo formal.

Tem-se aí então o que, para Mbembe (2020), configura a sociedade de inimizade: um verdadeiro estado de guerra, superinvestido de virilidade, em nome do bem, que torna o outro um inimigo a ser mantido, no mínimo, à distância, sem o direito de tornar-se sujeito de direitos, de desejos e de partilhas. O inimigo não tem hoje uma forma exatamente definida, precisando ser inventado através do desejo de segregação e do extermínio, tendo como base o *apartheid*, a distância e a superioridade de uns sob os outros. Assim, sob a lógica da sobrevivência, exacerba-se a lógica do conflito e da morte, já que cada pessoa é inimiga de qualquer outra; o horror pela morte do outro se transforma em satisfação e alívio.

Para a política de inimizade operar, Mbembe (2020) afirma que é preciso apagar no outro o que lhe faz humano, situá-lo fora da humanidade, um pré-requisito para a execução

contemporânea do ódio. No contexto da guerra às drogas, isso fica visível pelas políticas de ódio e de morte. Desumanizados ao serem tornados zumbis e criminalizados pelo proibicionismo, as drogas proibidas e seu uso abusivo, por determinadas pessoas e em determinados territórios, tornam-se alvos privilegiados. O necropoder, como mostra Mbembe (2016), opera com base na exclusão e subalternização, em especial nos territórios apartados, como nas periferias brasileiras, tornados zonas de conflito e de exercício da violência, onde se submete excessivamente a população ao martírio, ao sofrimento e à restrição das suas possibilidades de sobrevivência. Em outras palavras, a necropolítica faz com que a vida seja subjugada ao poder da morte; consiste no rebaixamento de vastas populações ao estatuto de mortos-vivos, a impedir que possam existir, tendo na guerra às drogas um dos meios cruciais para fazer essa lógica operar.

Logo, a lógica da guerra – e também do consumo abusivo – são características essenciais que estruturam o contexto moderno/colonial e a colonialidade. Ao mesmo tempo, são também aspectos fundamentais quando se aborda sobre determinadas substâncias, tanto em relação às proibições quanto ao consumo (dito) nocivo. Por isso, tanto o regime colonial, a colonialidade, bem como a história da proibição de certas substâncias possuem uma base comum moralista, criminalista e punitivista, apoiadas no controle religioso, moral, epistêmico, territorial, comercial, racial e sexista das sociedades, tendo como efeitos a restrição da liberdade de um modo geral, que adquire diferentes formas ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, a colonização se define também por suas linhas de fuga e resistência. Os tornados subalternos jamais foram uma massa amorfa, mas agiam, resistiam, reinterpretavam elementos culturais, com brechas de autonomia e ação. Por isso, a edição de leis e novas proibições constantes, em busca de um verdadeiro estado de guerra permanente, em uma tentativa de manter sob controle uma sociedade profundamente fraturada, como a própria proibição das substâncias do sul e do leste global: papoula, coca e maconha. Assim, manter o uso dessas substâncias pode ser uma rendição a elas, como comumente é interpretado, sintoma de um esgotamento; mas, também, uma forma de resistência às tentativas constantes de dominação e subjugação, quando o uso se torna uma afirmação de um modo de vida, como evidenciam as narrativas aqui apresentadas.

MÉTODO

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, resultado de uma tese de doutorado em psicologia social e institucional, estruturada a partir de uma pesquisa-intervenção, com a construção de narrativas sobre vivências e acontecimentos dos tantos encontros e experiências do autor principal deste trabalho enquanto psicólogo de um CAPS AD na região metropolitana de Porto Alegre-RS, tendo os dois outros autores como orientadores.

Ao longo da trajetória profissional, com atuação no mesmo CAPS AD desde 2012, a construção e escrita destas narrativas pelo autor principal foram feitas lado a lado com as pessoas que as protagonizaram, ajudando-as a suportar, enquanto psicólogo, a intensidade dessas vivências. Embora sejam trajetórias pessoais, não são casos isolados ou individualizados, mas que adquirem valor coletivo, pois remetem a tantos outros. A construção dessas narrativas torna-se possível por um acompanhamento longitudinal dessas histórias, com o passar dos anos, que vão expressando as trajetórias desses sujeitos e, claro, também a de quem escreve, enquanto trabalhador-pesquisador. Como afirmam Passos e Barros (2015), no trabalho da pesquisa e da clínica é, na verdade, sempre de narrativas que tratamos; são modos de fazer e dizer, a partir de uma tomada de posição, que nos implica política, ética e esteticamente.

Deste lugar, adota-se uma posição não de protagonista nestas narrativas, na qual o pesquisador amplia a lupa sobre seus processos e afetos, o que muitas vezes é o necessário para o processo da pesquisa. Aqui, opta-se por tecer essas histórias dos bastidores, daquele que trabalha para dar luz a quem está em cena, no palco da vida, colocando em primeiro plano essas histórias, pretendo mediar a passagem para outros modos de ver, apostando que a contribuição desta pesquisa é justamente explorar a proximidade e os vínculos estabelecidos, que permitiram estar em uma posição única na vida dessas pessoas: da possibilidade de uma relação de amizade, mesmo que mediada por um vínculo profissional e circunscrita ao espaço-tempo do CAPS AD, mas que, talvez até justamente por isso, permitiram estar, com o passar do tempo, em um lugar privilegiado para a produção de tais narrativas.

5

REDUÇÃO DE DANOS: BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÕES

Provavelmente o que se nomeia hoje redução de danos já era desenvolvido pelos povos originários e pelos grupos que utilizavam drogas, mesmo sem usarem essa nomenclatura ou consideraram isso como uma estratégia formal. De maneira mais sistemática, isso ocorreu em 1926, na Inglaterra, com a prescrição de alguns medicamentos para reduzir a dependência de heroína, quando demonstrado que os benefícios dessa administração seriam prevalentes aos riscos da dependência. A organização de diferentes modalidades de tratamento foi registrada no Relatório Rolleston, que marca uma primeira brecha na aceitação do uso de drogas já tornadas ilícitas, ainda que sob o domínio médico. Mais tarde, na Holanda, outros dois relatórios foram produzidos na década de 1970 (Relatório Baan, de 1972, e Relatório Cohen, de 1975), trazendo resultados de investigações científicas sobre o tema, subsidiando a criação de uma legislação de 1978, que distingue drogas leves e pesadas, fazendo com que a posse das primeiras passasse a ser tratada como um problema menor, reduzindo os efeitos colaterais do proibicionismo ao afastar seus usuários do mercado clandestino (Alarcon, 2012). Junto a isso, na década de 1980, programas foram desenvolvidos

naquele país a partir do movimento de usuários, que viam a transmissão de doenças, como da hepatite e, depois, do HIV, aumentarem entre si (Martins, 2003). A associação “Junkiebond”, fundada em 1980, em Amsterdã, na Holanda, é a primeira organização de usuários de drogas injetáveis, levando adiante um programa piloto de troca de agulhas e seringas, em combate ao aumento de casos de hepatite B (Ribeiro, 2013).

No Brasil, o Programa Nacional de DST/AIDS iniciou em 1983 em São Paulo (Teodorescu & Teixeira, 2014), e o advento da Redução de Danos (RD), enquanto política de Estado, teve seu início em 1989, em Santos, considerada a porta de entrada e “capital da Aids” do país, visando a diminuição dos índices de HIV que ganhavam evidência epidemiológica, a partir da ousada criação do Programa de Troca de Seringas (PTS), além de outras ações, como a distribuição de preservativos em toda a rede municipal e a compra de medicamentos antirretrovirais com recursos próprios (Mesquita, 2020; Paula, 2022; Petuco, 2020). Contudo, essa primeira experiência foi criminalizada e equiparada ao tráfico, a partir da lei de drogas 6.388 de 1976, como se facilitasse e incentivasse o uso de entorpecentes, fazendo com que a RD chegasse ao Brasil sob intervenção judicial, indo para a clandestinidade. Evidenciava-se assim uma contradição do Estado brasileiro, que retaliava um movimento que integrava o processo de redemocratização e de avanço da saúde pública.

Os acontecimentos históricos, ocorridos principalmente na segunda metade da década de 1980 e virada para os anos 1990, constituem o que Paula (2022) denomina de um momento de encruzilhada para o SUS: a RD, a reforma psiquiátrica, a Constituição de 1988, a lei orgânica do SUS de 1990 e o próprio fato de Santos-SP ser também a primeira cidade a ter um hospital psiquiátrico desativado, dividem a história da saúde pública entre um antes e um depois. Para o autor, a RD foi capaz de transversalizar os vetores AIDS e drogas, produzindo um novo lugar para o usuário, não mais o de doente/paciente, desfazendo também a ideia de que todos precisam de tratamento.

Petuco (2011), em uma tentativa de sintetizar uma definição a partir de todos esses movimentos, entende a RD como um paradigma que define um novo olhar sobre a questão das drogas, com respeito às diferentes formas de existência na defesa e promoção da saúde e da cidadania. Refere-se também a um conjunto de estratégias construídas para e por pessoas que usam drogas, que buscam reduzir os danos de eventuais consequências do uso de drogas, sem a imposição ou adoção do modelo único da abstinência, centrada, portanto, no sujeito e não na droga. Assim, a RD não se propõe a ser “o” paradigma nem o único a substituir as formas anteriores, mas como mais uma possibilidade de olhar para essa temática, dialogando com o que está instituído, a partir de uma perspectiva clínica e política.

Para Paula (2022), a proposta de reduzir danos envolve a produção de regras autônomas do cuidado de si, a partir de um campo forjado pela multiplicidade, no qual a corresponsabilidade significa a implicação necessária para as pactuações de cuidado, onde todos participam igualmente, alterando os lugares instituídos de quem trata/sabe e de quem é tratado/não sabe. O protagonismo ativado pela RD inverte o modo de produção de

conhecimento, produzindo a construção coletiva das práticas de cuidado. Nenhuma regra deve ser imposta e coercitiva; a abstinência pode ser uma meta a ser alcançada, desde que desejada. Trata-se de um contágio positivo, para uma vida contagiante, no qual reduzir danos é ampliar vidas. Para Lancetti (2012), em síntese, a RD é um modo de ampliação da vida e das liberdades, e menos uma diminuição do risco; uma experimentação e criação de vida onde a morte ronda, nas quais se geram forças afetivas e de encontros, no desenvolvimento da amizade terapêutica. E qual boa amizade não é?

A POTÊNCIA DA REDUÇÃO DE DANOS NAS RELAÇÕES DE AMIZADE

Vou chamar de Solano e Lopez uma dupla inseparável, heróis na sobrevivência nas ruas da cidade. Chamo-os assim por referências combinadas dos seus sobrenomes, que remete ao comandante do Paraguai que travou guerra contra a trílice aliança de Brasil, Argentina e Uruguai entre 1864 e 1870, e, afora qualquer análise mais detalhada se sua luta era por autonomia ou expansão, teve uma grande capacidade de sobrevivência, mesmo encurralado por alguns anos, até a morte no campo de batalha.

O encontro entre Solano e Lopez se deu por volta de 2010, quando ambos estavam em situação de rua, com muitas semelhanças: possuíam a mesma idade, divertidíssimos, sagazes, espertos e usuários de crack compulsivos, uma dupla que se complementava muito bem. Ambos eram oriundos de famílias de classe média trabalhadora. Solano explicava que foi parar em situação de rua porque preferiu viver assim a incomodar a família, fazendo o que queria e quando queria. Já Lopez perdeu a mãe com câncer, ficou residindo com o padrasto, servindo no exército, com o plano de seguir carreira. Porém, envolveu-se em uma briga com outros recrutas, na qual acabou lesionando o joelho e, por isso, sendo dispensado do serviço militar. Imediatamente, acabou expulso de casa pelo padrasto, que não aceitou a situação.

Essas vivências progressas os ajudaram a se adaptarem às exigências da rua. Certamente a maior estratégia que possuíam era a amizade e a lealdade, pois, assim, nunca estavam sozinhos, o que é um fator de proteção fundamental nesse contexto. Também conseguiam sustentar uma imagem de força e violência, outro ponto importante em um cenário de intensos conflitos e disputas pela sobrevivência diária, embora fosse muito mais uma fachada aparente, já que se tratava de duas pessoas que nem mesmo tinham passagem pelo sistema prisional. Não raras vezes adentraram o CAPS AD revoltados, odiosos, consigo, com todos, com o mundo. O uso abusivo de substâncias parecia se voltar contra si próprios e experimentavam, na rua e no serviço, toda sorte de conflitos.

Mesmo assim, até hoje, Lopez se orgulha de ser ficha limpa. Solano sempre andava com uma arma branca e ao longo do seu acompanhamento foram construídos diversos acordos para que sempre entregasse a(s) faca(s) na entrada do CAPS AD, com o combinado de devolução ao final do dia. Acordos sempre cumpridos, de ambas as partes. Algumas vezes, até

abriu mão de alguma faca ou facão, para evitar de andar assim em épocas de muito abuso de drogas. Já Lopez tinha o mesmo combinado com a garrafa de cachaça, entregue na entrada para que o dia fosse de redução de danos na ambiência do serviço.

Solano e López também se destacavam por seus dotes artísticos. Solano era um tremendo ator. De forma maldosa, poderia ser chamado de um grande mentiroso. Mas o fato é que costumava encenar outras vidas e manteve um casamento de quase dois anos sem que sua companheira soubesse seu verdadeiro nome, o que era para ele um motivo de orgulho. Isso só foi desfeito quando deixou um documento ao alcance dela. Já Lopez é artista, um pintor. Possui três obras que até hoje decoram o CAPS AD. Adora ler, e costuma aparecer no serviço com uma sacola de jornais das últimas semanas, já que não pode se dar ao luxo de comprar o jornal do dia.

A dupla costumava fazer pequenas fortunas nas noites dos finais de semana, entretendo os presentes nos bares com encenações e desafios em troca de dinheiro, como o grande consumo de álcool ou a produção de cenas hilariantes. Eram muitos espertos para se deixarem humilhar ou entrar em uma fria, então costumavam comentar sobre esses acontecimentos justamente ironizando as pessoas que pagavam por esses pequenos divertimentos, sendo que na verdade eram eles que se divertiam e faturavam, embalados por muito álcool e crack.

Ambos eram capazes de passar dias de virada e tinham boa circulação entre as biqueiras de diferentes regiões da cidade. Solano fazia um tipo “bon vivant” das ruas, com todo o paradoxo aí contido, usando seu dinheiro com noitadas, mulheres e drogas. Sua família lhe ajudava mensalmente e quando conseguiu um auxílio-doença de um salário-mínimo, costumava gastar todo no mesmo dia. Ele bem que tentava fazer a gestão disso, e era comum que pedisse para guardar no CAPS AD parte desse dinheiro, logo que ia ao banco fazer o saque, pela manhã. Porém, ao início da tarde ele voltava, geralmente de táxi, acompanhado de profissionais do sexo, e pedia outra parte do dinheiro. No final da tarde retornava mais uma vez e levava tudo que restava.

Já Lopez costuma trabalhar nas biqueiras em troca de drogas e era tão confiável que nos turnos de folga recebia de empréstimo uma bicicleta para poder frequentar o CAPS AD. Era a única que ficava sem corrente e cadeado, porque ninguém ousaria levá-la. Sua formação militar fazia dele um excelente soldado para os negócios, sendo requisitado frequentemente em diferentes locais, então nem precisava de dinheiro para fazer seu uso. É tido como alguém de confiança.

Solano morreu. Lopez está vivo. Solano decidiu usar crack até o final de sua vida. Afirmava que seu plano era morrer com um cachimbo na mão. Com HIV positivo e diagnosticado com tuberculose, percebeu-se muito fragilizado. Devido à doença, sua família conseguiu um benefício, que foi o que justamente utilizou para usar crack até morrer. Sua morte se deu em um local de uso e contam que nos seus últimos minutos pediu que buscassem mais crack para ele fumar. Já estava muito fraco, sem conseguir caminhar. Já Lopez é um

sobrevivente das ruas, seguindo até hoje com seu uso de álcool e crack, com períodos de uso mais intenso e outros de maior organização e presença contínua nos equipamentos de saúde e assistência social. Ressente-se da perda do seu grande amigo, mas segue com as estratégias necessárias de sobrevivência nas ruas da cidade, sem nunca esmorecer. Como costuma dizer, vive para se drogar, e se droga para viver.

A afirmação política de falar em nome próprio, como indicam Souza e Carvalho (2012), na construção de regras para si, fora das polarizações e binarismos tão presentes neste campo – das leis e das normas instituídas – abre uma terceira via, para além do sim ou não às drogas: o como viver em uma sociedade com drogas, não as vendo como um problema em si. É isso que fazem tão bem Solano e Lopez, seja com as drogas ou apesar delas: fazem parte de suas vidas, mas estas não ficam reduzidas ao consumo. Mesmo que de modo quase onipresente, sempre estabeleceram outras trocas, diálogos e formas de sobrevivência no contexto de suas trajetórias.

Ao teorizar sobre a obra de Frantz Fanon, Mbembe (2020) mostra como o psiquiatra argelino concebia a violência como necessária para a produção de outras formas de vida emancipadas que fossem capazes de romper com o sistema colonial e os diversos sistemas de inibição que mantinham os colonizados sob o medo e a inferioridade. Vivendo em constante alerta do repúdio por ocupar a posição do outro, só resta ao colonizado romper com o que causa vergonha de sua existência, libertar seu corpo. O que fazer com a violência que habita dentro de si em função da violência que teve de suportar? Não poder-se-ia pensar aqui nessa liberação corporal como dar passagem no próprio corpo ao uso de substâncias? Uma forma de extravasar a revolta cotidianamente sentida e sofrida, que permeia todas as vidas subalternizadas; se pela boca não saem as palavras engasgadas, entram as drogas. Estas podem produzir, por vezes, uma certa forma de digestão simbólica, diluidoras do sofrimento, e, por outras, a regurgitação violenta daquilo que não é possível suportar, em explosões de raiva e agressividade, que não raro retornam ao próprio sujeito, em formas de autoperseguições e autoameaças, expressando bem todo conturbado circuito de busca de libertação e da paradoxal dependência que pode se constituir no uso de substâncias.

Para Merhy (2016), de nada adianta reprimir o sujeito desejante, culpabilizando-o pelo uso da droga e o depreciando moralmente para que ele se abstenha dessa tentação. Sem construir outros sentidos, experimentações e vias para o viver, a droga não vai perder a importância no campo de desejos, e outros lugares de produção de vida, de identidade e de cuidado de si não podem aparecer. Ou mesmo das liberações das revoltas. Isso implica na construção de uma certa liberdade no sentido de deslocar a droga do centro para que outras possibilidades possam (co)existir. Trata-se mesmo de um alargamento do território existencial, em novas formas de se estar no mundo (Tedesco & Pecorato, 2016), sendo importante para tanto uma clínica menor, do desvio, clandestina, produtora de bricolagens (Silva, 2016).

“Benjamin Button” é um sujeito que está rejuvenescendo, movimentando-se de modo surpreendente, contrariando a lógica do tempo, tida sempre como implacável. Chamo-o assim em referência ao filme “O curioso caso de Benjamin Button”, longa estadunidense indicado e ganhador de algumas categorias do Oscar de 2009, que conta a história de um homem que nasce velho e vai rejuvenescendo. No caso dele, trata-se justamente desta mesma situação. Alguns irão dizer que é uma metáfora, mas o certo é que uma grande, inesperada e aparentemente improvável mudança que aconteceu com esse sujeito. Usuário de múltiplas substâncias desde sua juventude, identifica no falecimento do pai, um policial militar, por afogamento, em um final de semana de descanso da família, o advento de tal fúria e perda. Daí em diante, por mais de 20 anos, “Benjamin Button” usou drogas de maneira contínua e abusiva, vivenciando os ganhos e as perdas típicas de quem faz do uso o centro da sua vida, incluindo as noitadas, o cárcere e, sem dúvidas, a mais dolorosa delas, a morte do seu filho, envolvido com o tráfico de drogas desde muito novo, o que também era o caso da mãe dele e sua ex-companheira.

Já em meados da sua quarta década de vida, fez uma primeira tentativa de busca de ajuda, mas percebeu, depois, que ainda era algo mais pela vontade da mãe do que dele próprio e, por isso, as mudanças não aconteceram. Porém, poucos anos depois, retornou ao CAPS AD voluntariamente, como gosta de frisar, para iniciar seu acompanhamento. É então que sua vida começa a se transformar. “Benjamin Button” estava, neste momento inicial, muito mais perto da morte do que da vida; mais para sucumbir do que para iniciar seja o que fosse; de desistir do que tentar e, por isso, é claro, a referência ao fato de iniciar velho para depois rejuvenescer.

Em pouco tempo, começou a participar de diversas oficinas e grupos, a se aprofundar nas discussões sobre redução de danos e, como costuma dizer, sua passagem do “mundinho” ao “mundão” foi rápida, experimentando novos e desconhecidos horizontes. Todo seu protagonismo evidencia um caso curioso, de um sujeito raro, com uma capacidade extraordinária de fazer um percurso muito singular e até de “dobrar” o tempo.

“Benjamin Button” retomou os estudos para completar o ensino médio. Tudo que havia calado passou a ser dito. Os sentimentos que eram guardados, passaram a aparecer. Os conflitos se tornaram vínculos e a solidão deu lugar a muitas amizades. A força da juventude em fazer movimento, desbravar mundos e sustentar ideias estava encarnada naquele sujeito, que, por conta própria, segue mediando encontros espontâneos pelo território, falando sobre redução de danos, vínculos, autonomia e direitos. Um redutor de danos autônomo, um verdadeiro agente de saúde, um pregador da palavra – não religiosa – mas de afirmação da amizade e da vida, nas praças da cidade.

Todos esses momentos, que acontecem até hoje, têm algo em comum: em nenhum deles, “Benjamin Button” parou de usar drogas. O que ele fez foi mudar sua relação com elas. Com a maconha, a relação se ampliou. Se antes fazia um uso eventual, com sua revolução passou a usá-la diariamente, como uma parceira de vida, um remédio para as dores da alma.

Com o crack, a relação passou a ser de respeito e limitação. Um uso eventual, mas sem aceitar que isso fosse prejudicial ou trouxesse consequências negativas. Nada de falta ao trabalho, que retomou na construção civil, gastos desnecessários ou irritação e brigas em casa. O uso deveria ser recreativo, prazeroso e responsável, assim como o de álcool, que deixou de ser a porta de entrada da perdição para um acompanhante ocasional, em momentos de diversão. Em síntese, usar drogas para pensar e viver, e não para se aproximar da morte, eis sua fórmula de rejuvenescimento.

Carl Hart (2021) propõe a ideia do uso adulto de drogas. “Benjamin Button” costuma citá-lo como referência, inclusive, para sustentar que o que faz tem até respaldo científico. Hart, em sua carreira de mais de vinte e cinco anos como cientista, afirma que na maioria dos casos o uso de drogas produz nenhum ou pouco danos, sendo o uso responsável e seguro benéfico para a saúde e para a vida cotidiana. Embora isso não seja possível para todos, já que há riscos e relações tóxicas, estende-se à maioria das pessoas que usam drogas, sejam quais forem. Se para além da substância e características individuais, questões como projetos de vida, condições socioeconômicas, redes de apoio e garantia de direitos básicos são determinantes para estabelecer relações positivas ou negativas com as drogas, como pensar, então, na construção de meios de uso adultos e legítimos?

“Benjamin Button” nos dá pistas justamente nessa direção, pois sua trajetória confirma que suas mudanças, que incluem a relação com as drogas, passam pela construção de perspectivas de vida, para longe da morte; de redes de apoio, com dezenas de amizades variadas construídas e fortalecidas nos últimos anos, com familiares, profissionais de saúde, usuários de drogas, pessoas em situação de rua e espaços da cidade que tem como apoio para viver seu cotidiano; além de avanços em relação à renda, escolaridade e acesso a serviços, que foram transformando seu caminho.

Nosso personagem foi capaz de virar do avesso sua relação com as substâncias, exatamente como aborda Pelbart (2013): de uma escalada aparente de negação da vida, revirou-a afirmativamente; seu esgotamento, levado às últimas consequências, em um tipo de crise caótica, produziu deslocamentos e reviravoltas, em uma nova relação com a vida - em sua incompletude - e também com as substâncias. Assim, mais alegre, mesmo em meio às tragédias da vida, rejuvenesceu; não retornou ao que era antes do uso abusivo, mas tornou-se outro, em um processo errante e inventivo, em andamento.

Se reduzir danos é ampliar a vida, como nos ensina Lancetti (2012), vemos, em ato, como a construção de amizades, vínculos e bons afetos são uma estratégia direta de redução de danos, missão a ser produzida nos equipamentos de saúde. Mais do que insumos e informações, por exemplo - diga-se de passagem, sempre imprescindíveis - reduzir danos é produzir bons encontros, com as pessoas e também com as substâncias, como vemos nas narrativas aqui apresentadas.

DECOLONIALIDADE E REDUÇÃO DE DANOS: UM ENCONTRO POSSÍVEL!

Para encaminhar um desfecho das discussões aqui apresentadas, sem, claro, encerrá-las, vale lembrar que ainda vive-se em um campo de disputa, talvez mais do que qualquer outro, onde acaba expressa a própria fratura da sociedade brasileira, que opõe não a abstinência e a RD, mas as destrutivas políticas de inimizade e as políticas produtoras de vida.

Decolonizar, sem pretender fixar ou reduzir o termo, pode, entre tantas possibilidades, também ser pensado como uma passagem: das relações de inimizade para a partilha dos encontros afirmativos de vida, complexos, plurais e muitas vezes até contraditórios, como não poderiam deixar de ser. Encontros esses parte do cotidiano de um CAPS AD, onde essas aproximações vão acontecendo, em meio à dureza do dia a dia daqueles que habitam as ruas da cidade, em condições precárias e vulneráveis, muitas vezes sob tensão e violência. Mas nem por isso perdem sua humanidade e desejo de se agruparem, e as diferenças serem transpostas.

Para Mbembe (2019), a descolonização é um movimento político de construção de futuros, que envolve uma vontade ativa de comunidade e de luta para a construção da autonomia de vida. Consiste em uma capacidade de articulação de uma diferença e de uma força positiva, incluindo uma vontade de saber, de encerrar a linguagem única; e um desejo de singularidade, na produção das próprias histórias, o que envolve um movimento para além das fronteiras - reais e simbólicas - estabelecidas. Busca-se, com isso, uma metamorfose radical da relação colonial entre os sujeitos que agem, por um lado, e os objetos sobre os quais se intervém, por outro, invertendo os laços da sujeição para o surgimento de um novo lugar de direito na estrutura do mundo e uma refundação da ideia de uma humanidade comum; uma ética da mutualidade horizontal, na criação de outras formas de pertencer, habitar e criar o mundo. Para que esse “levantar e andar” possa ocorrer, é necessário reparação, justiça e liberação do ódio, incluindo a libertação do trauma do sofrimento para a abertura e (auto)criação de um mundo novo e de um sujeito dotado de uma consciência e um agir por si mesmo, de um rosto, uma voz em primeira pessoa e um nome próprio. Inspirado em Fanon, Mbembe resume esse movimento em um dos títulos de sua obra: “sair da grande noite”.

Para Hart (2021), a maioria das pessoas que usam drogas fazem-no por prazer, em uma experiência positiva, sem danos, o que envolve a construção de um escape para um projeto autônomo de vida, não totalmente submisso ao que é imposto normativamente. Mais uma vez, é importante lembrar que não se quer, aqui, negar que existam relações abusivas com as substâncias. No contexto do CAPS AD, vivencia-se, cotidianamente, a escuta dessas experiências danosas, bem como o sofrimento das pessoas e suas famílias, impactadas pelos prejuízos derivados de uma relação de uso intenso e dependência das substâncias. Contudo, isso não é a regra, nem mesmo, tão somente, a consequência direta e restrita do uso de

drogas. Trata-se, em sua maioria, de vidas que já carregam tragédias anteriores e acumulam uma série de danos, envolvendo uma amplitude de aspectos. Tais pessoas, em geral, já carregam o estigma do “não pertencer”, e o uso abusivo de drogas só sacramenta a exclusão e o sofrimento já carregados por toda uma vida.

Para Mbembe (2018), enquanto houver segregação, não será possível uma restituição/reparação e justiça. Essas são condições para a elevação coletiva em humanidade. Para isso, é necessário um pensamento em circulação/travessia/pensamento-mundo - pois, na verdade, existe um só mundo. Compartilhar o mundo com outros viventes, eis a dívida por excelência. O mundo não vai durar se não defender a vida; é o desejo de vida que deve sustentar um novo pensamento político e da cultura. Por mais que se ergam fronteiras e hierarquias, que se rebaixe e subtraia a humanidade dos que foram desprezados, existe um só mundo e todos têm pertença nele; esse mundo é tudo o que existe e tudo o que se tem. Este mundo pertence a todos, mesmo se as maneiras de habitá-lo sejam diferentes – e é daí que vem a sua pluralidade. Dizer isso não significa ocultar sua brutalidade, mas ressaltar a necessidade de cada um ser por inteiro, de plenitude de humanidade. Para construir este mundo comum, é preciso restituir a humanidade daqueles que a tiveram roubada, a reparação dos laços que foram rompidos, a reciprocidade sem a qual não pode haver elevação em humanidade. Assim, restituição e reparação estão no centro da possibilidade de uma construção de uma consciência comum e de justiça universal. Cada um de nós é depositário de uma parcela da humanidade – a um só tempo seres distintos e semelhantes. A ética da restituição e da reparação é reconhecer essa parte do outro. O processo histórico foi, para grande parte da humanidade, uma habituação à morte do outro – uma longa e contínua necropolítica – daquele com quem se crê nada compartilhar, o que deixou vestígios muito profundos, que impedem fazer comunidade.

A construção do mundo é inseparável da reinvenção da comunidade. Na verdade, para quem sofreu com a dominação colonial e/ou teve sua parcela da humanidade roubada, a recuperação pode passar pela proclamação da diferença, o que é somente um momento em um projeto mais amplo – de um mundo por vir, livre do fardo da raça, do ressentimento e do desejo de vingança que toda e qualquer situação de racismo suscita. Como refere em outro texto (Mbembe, 2019), para “sair da grande noite” deve haver a criação de uma política heterogênea do semelhante, uma partilha de identificação com o outro e do reconhecimento mútuo da humanidade, proximidade e semelhança, de uma nova forma pautada na diferença de múltiplos modos singulares de vida, ao mesmo tempo.

Se o colonizado é um indivíduo vivo, falante e consciente, sua identidade se origina, então, na multiplicidade e dispersão (Mbembe, 2019), resultante de um movimento de arrombamento, apagamento e reescrita de si. Para ele, não é possível uma liberação que não esteja acompanhada de uma autonomia linguística; cidadão é aquela pessoa que pode responder “quem sou eu?” em primeira pessoa, que tem direito à visibilidade da sua própria existência, do uso do seu próprio corpo, seja para que for, e, como acrescenta-se aqui,

inclusive para o uso de múltiplas substâncias, de modo autônomo e, com sorte, experimentando também relações de amizade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução de danos talvez seja a síntese de um paradigma de cuidado e autonomia, para além de uma estratégia pragmática ou uma mera ambivalência terapêutica no campo de álcool e outras drogas, muitas vezes capturado pelo reducionismo entre abstinência ou redução de danos, para descentrar da droga e olhar para o sujeito, em sua integralidade. Alguém que constrói a si e sua história optando não abrindo mão do uso de substâncias, devido a (im)possibilidades, que podem ser mais ou menos conscientes, mas que de todo modo não deslegitimam tal modo de vida por si só.

O giro decolonial envolve uma afirmação existencial para a criação plural de outros mundos possíveis que não a história única da modernidade, uma ruptura com imperativos e normas impostos que separam o sujeito de si mesmo, para sua emergência, pelo amor e pela raiva, como questionador, pensador, comunicador, criador e ativo na (trans)formação de comunidades e do sistema-mundo (Carvalho, 2020; Maldonado-Torres, 2020). Nada mais apropriado do que ligar isso a RD, já que se trata da emergência do sujeito e de sua vida, apesar da droga, com a droga, para além da droga.

14

Se, como ensina Mignolo (2017), a opção descolonial não visa ser a única opção, mas a afirmação pluriversal de que muitos mundos coexistem, sem imposições ou dominações, como não apontar que seja justamente também esse o intuito da RD, ao dizer não para a imposição de um modo único, e um sim categórico para todas as possibilidades e estratégias que possam existir e serem criadas, desde que compromissadas com todos os direitos humanos.

Fanon (1968) utiliza a ideia de “colocar de pé um homem novo” para falar do processo de descolonização. Para ele, trata-se da possibilidade de falar junto, com uma nova linguagem; o homem, ao perceber sua humanidade, sua condição de igualdade com outros seres humanos, inclusive com o colonizador, quer sair de sua posição rebaixada. Essa descoberta produz um abalo essencial no mundo do colonizado, que não quer mais ficar no lugar destinado a ele, mas sim ultrapassar os limites, reintroduzir-se no mundo, reinventá-lo, superando a cisão produzida pelo mundo colonial, que tem na repressão sua linha divisória.

Pode-se também afirmar que as possibilidades decoloniais produzem outras histórias e narrativas. Ao mesmo tempo, desarmam a hostilidade das políticas de inimizade. A redução de danos aparece como modo singular e potente de agenciamento de encontros, resistências e produções que aparecem de diferentes formas nas trajetórias das pessoas inseridas em tal contexto. Uma via possível para apontamentos decoloniais, a partir da expressão e gestão de si, que envolvem desobediência, recusa, afirmação, amizade terapêutica, vínculos,

emergência do sujeito com voz, autonomia e possibilidade de autodeterminação - o que pode, inclusive, envolver o uso de múltiplas substâncias.

Logo, pode-se concluir que tanto a guerra às drogas como a colonialidade não toleram a aurora que está a apontar nos horizontes do sul global, e que está a trazer novas histórias. A multiplicação de olhares, vozes, escritas, atitudes e relações - relações de amizade! - têm a potência de decolonização, doses necessárias desse antídoto para, enfim, transformar o proibicionismo, as relações de inimizade e, logo, também as relações com as substâncias.

REFERÊNCIAS

Alarcon, S. (2012). Drogas Psicoativas: classificação e bulário das principais drogas de abuso. In S Alarcon & M. A. S. Jorge (Orgs.), *Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo* (pp. 103-129). Fiocruz.

Carvalho, J. J. (2020). Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileira. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 79-106). Autêntica.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Hart, C. (2021). *Drogas para adultos*. Zahar.

Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro*. Editora 34.

Lancetti, A. (2012). Desmistificação da existência de epidemia de álcool e outras drogas e medidas higienistas. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Drogas e Cidadania: em debate*. CFP.

Maldonado-Torres, N. (2020). Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres & R. Grosfoguel (orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. (pp. 27-54). Autêntica.

Martins, S. M. (2003). Norma, desvio e uso de drogas: o contexto da busca da cidadania pela redução de danos. In F. I. Bastos, M. L. Karam & S. M. Martins (orgs.), *Drogas, dignidade e inclusão social – A lei e a Prática de Redução de Danos*. Associação Brasileira de Redutores de Danos – ABORDA.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Artes & Ensaios*, (32), 122-151.
<https://revistas.ufjr.br/index.php/ae/article/view/8993>

Pereira, V. T., Paulon, S. M., & Romanini, M. (2024) A redução de danos como antídoto para as políticas de inimizade: caminhos decoloniais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 3, e024a08.

- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1.
- Mbembe, A. (2019). *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Vozes.
- Mbembe, A. (2020). *Políticas da inimizade*. n-1.
- Merhy, E. (2016). Apresentação. In A. C. Souza, L. F. Souza, E. O. Souza & A. L. Abrahão (Orgs.). *Entre pedras e fissuras – a construção da atenção psicossocial de usuários de drogas no Brasil*. (pp. 15-20). Hucitec.
- Mesquita, F. (2020). Redução de danos. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 21(2), 10-17. <https://periodicoshomolog.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/34613>
- Mignolo, W. D. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>
- Passos, E., & Barros, R. B. (2015). Por uma política da narratividade. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade* (pp. 150-171). Sulina.
- Paula, T. de. (2022). *Guerra às drogas e redução de danos: tecendo o comum nas encruzilhadas do SUS*. Hucitec.
- Pelbart, P. P. (2013). *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. n-1.
- Petuco, D. R. S. (2011). *Entre imagens e palavras: o discurso em uma campanha de prevenção ao crack* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4621>
- Petuco, D. R. S. (2020). As três ondas da redução de danos no Brasil. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 21(2), 94-103. <https://periodicoshomolog.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/34622>
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In H. Bonillo (Comp.), *Los Conquistados*. Tercer Mundo/FLASCO.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO.
- Pereira, V. T., Paulon, S. M., & Romanini, M. (2024) A redução de danos como antídoto para as políticas de inimizade: caminhos decoloniais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 3, e024a08.

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*. (pp. 73-118). Cortez.

Ribeiro, M. M. (2013). *Drogas e redução de danos: os direitos das pessoas que usam drogas*. Saraiva.

Silva, F. F. L. (2016). Por uma *clínica menor* com pessoas que usam drogas: atalhos e desvios na contemporaneidade. In A. C. Souza, L. F. Souza, E. O. Souza & A. L. Abrahão (Orgs.), *Entre pedras e fissuras – a construção da atenção psicossocial de usuários de drogas no Brasil*. (pp. 107-128). Hucitec.

Souza, T. P., & Carvalho, S. R. (2012). Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória. *Polis e Psique*, 2, 37-58.

Tedesco, S., & Pecorato, L. (2016). O conceito de normatividade e a perspectiva da redução de danos: uma proposta para atenção à saúde do usuário de drogas. In A. C. Souza, L. F. Souza, E. O. Souza & A. L. Abrahão (Orgs.), *Entre pedras e fissuras – a construção da atenção psicossocial de usuários de drogas no Brasil*. (pp. 88-106). Hucitec.

17

Teodorescu, L. L., & Teixeira, P. R. (2014). O contexto político e social do nascimento do programa de Aids em São Paulo: a construção de um serviço de saúde pública. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, 15(2), 12–19. <https://doi.org/10.52753/bis.v15i2.37384>

Recebido em: 14/04/2024

Reapresentado em: 03/09/2024

Aprovado em: 03/09/2024

SOBRE OS AUTORES

Vinicius Tonollier Pereira possui graduação em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e mestrado e Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua desde 2012 como psicólogo do Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) de São Leopoldo – Docente do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Simone Mainieri Paulon é psicóloga (PUCRS), mestrado em Educação (UFRGS), doutorado em Psicologia Clínica (PUC-SP) e pós-doutorado no PPG de Psicologia da Universidade Federal do

Rio Grande do Norte (UFRN). É professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual orienta trabalhos de pesquisa e extensão junto ao Departamento de Psicologia Social e Institucional, ao PPG de Psicologia Social.

Moises Romanini é Graduado em Psicologia (UFSM). Mestre em Psicologia, com ênfase em Psicologia da Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM (2010-2011). Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.